


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº:	1501473-39.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Execução Fiscal - ISS/ Imposto sobre Serviços
Exeqüente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Executado:	Itau Unibanco S.a.

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Fls. 20/31: Trata-se de exceção de pré-executividade, na qual se alega nulidade das CDAs, pois não é possível depreender qual foi o fato gerador e dela não consta o número do processo administrativo.

Houve a substituição da CDAs, intimando-se o banco executado, que apresentou nova exceção, agora alegando a ocorrência de prescrição.

Houve impugnação do Município.

A banco executado apresentou nova exceção, desta vez alegando prescrição e ilegalidade quanto aos juros.

Não se verifica nulidade na CDA. Houve a sua substituição para se incluir a origem do débito e número do processo administrativo, do qual a excipiente foi notificada, tendo plena ciência do fato gerador.

Igualmente, constam das CDAs a forma de cálculo dos juros, que seguiram o previsto na legislação, não se verificando qualquer irregularidade.

Por outro lado, é o caso de se reconhecer a prescrição.

A inscrição do débito ocorreu em 03/01/11, iniciando-se o prazo prescricional.

Quanto ao momento de interrupção do prazo prescricional, a matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, inciso I, que prevê o despacho do juiz que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

determina a citação como ato interruptivo e essa interrupção da prescrição, no caso concreto, retroage à data da propositura da execução fiscal, como regra, diante do que estabelece o § 1º do art. 219 do CPC, devendo ser considerado o teor da Súm. 106 do STJ, segundo a qual "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

Na hipótese em análise, a ação foi ajuizada em 14/12/16, portanto, em mais de cinco anos da inscrição do débito, tendo ocorrido a prescrição.

Ante o exposto, RECONHEÇO a prescrição do crédito tributário em cobrança, com fulcro no art. 156, V, do CTN e, em consequência determino a EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, com fundamento no art. 487, II, do CPC.

Diante da sucumbência, condeno a excepta a arcar com as custas e despesas processuais, na forma da lei, bem como com os honorários advocatícios que fixo, em 10% sobre o valor da causa.

P I

São Carlos, 21 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**